

Editorial nº 8: A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do capitalismo mundial

É com imensa satisfação que trazemos ao leitor a **oitava edição da Revista Fim do Mundo**, cujo temário aborda "**A situação da Classe Trabalhadora na atual crise do capitalismo mundial**". O leitor que se debruçar sobre a história do sistema de produção e reprodução do capital fatalmente se deparará com a existência de vários momentos históricos de grandes transformações os quais delinearão as chamadas revoluções burguesas.

Essas representaram uma aceleração histórica. Onde se desenvolveram, operaram fortes rupturas com a normalidade da ordem social instalada e impulsionaram cada sociedade sob sua influência para uma forma distinta de organização. Onde tais processos revolucionários se expressaram, seja na França, na Inglaterra, seja nos Estados Unidos ou em outros países, logo se notou que suas potencialidades emancipatórias ou suas positivities, a um só tempo, eram muito relevantes e igualmente muito limitadas. Relevantes porque as revoluções burguesas alteraram as formas arcaicas de organização societal, tal como a feudal. E, todavia, limitadas porque tais alterações, segundo as possibilidades contidas no horizonte da burguesia, não deveriam ser aprofundadas, sob pena de fortalecer o pólo político da classe trabalhadora nascente e antagônica à burguesia, colocando assim em risco a aurora da relação social capital e do seu sistema produtivo e reprodutivo, o capitalismo.

Desta feita, em um breve lapso de tempo, as revoluções burguesas, guardiãs da emancipação humana, converteram-se em contrarrevoluções e suas burguesias em classes sociais conservadoras, voltando seu poder de classe contra os trabalhadores, recém surgidos enquanto tais na cena histórica. Essa rotação, das revoluções em contrarrevoluções, fortaleceu o carácter inerentemente hierárquico e desigual da relação social capital. O fato das burguesias controlarem a institucionalidade das repúblicas nascentes, bem como as estruturas e dinâmicas dos Estados, alargou o poder burguês, possibilitando seu transbordamento aos séculos vindouros. De fato, desde as revoluções pioneiras, tal como as já citadas francesas, inglesas e estadunidenses, o poder burguês somente foi antagonizado pelas experiências socialistas do século XX, de tipo soviético: por infortúnio, todas



implodidas sob os escombros, por um lado, da forte oposição das burguesias imperialistas e, também, por outro lado, das suas contradições internas, resultante da sua forma de ser pós-capitalistas.

Considerando o século XX, nota-se uma ascensão vertiginosa do poder burguês proporcionalmente ao descenso da capacidade da classe trabalhadora de agir ofensivamente contra a burguesia e isso na medida em que foram destruídas as formas históricas de controle sobre o capital.

Em paralelo, notadamente a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990, nota-se que a burguesia, reativa e/ou ofensivamente, empenhou-se em estruturar o quarto órgão da máquina: a saber, aquele órgão que consiste na integração ao sistema de máquinas de sensores, de fluxos de informações em tempo real, de computadores com *softwares* e de comandos às máquinas, igualmente em tempo real. Essas criações e incorporações tecnológicas causaram uma aceleração histórica, convertendo o capital até então existente em capital potenciado, na medida em que viabilizou a informatização, a mecanização, a automação, a robotização, a internetização dos processos produtivos mais significativos.

O salto produtivo decorrente dessas evoluções e incorporações tecnológicas se, por um lado, possibilitou um imenso ganho de produtividade, por outro lado, impôs mudanças severas, potencialmente (e cada vez mais concretamente) disruptivas. De sua parte, elas libertaram o sistema de produção e reprodução do capital de suas amarras seculares, distendendo quantitativa e qualitativamente os níveis de produção e de produtividade. De parte da classe trabalhadora, ela foi substituída por máquinas, a despeito de sua função insubstituível relativa à produção de valor; não obstante, enquanto massa de trabalhadores fabris, formais, ela foi convertida em qualquer coisa de descartável, reduzida em número; foi destituída de seus lócus de articulação política, de seus sindicatos, clubes, igrejas, com implicações profundas no cultivo e adensamento de sua consciência de classe, bem como na atuação ofensiva contra o capital. O aumento da produtividade associado à crítica consequência da superprodução, sob o pano de fundo da massiva substituição de trabalho vivo por morto, ou seja, de trabalhadores por máquinas, notadamente nos processos produtivos mais significativos e de alto impacto socioeconômico, transformou as crises cíclicas em algo cada vez mais rotineiro, diário.

A reação das burguesias a essa dinâmica autoimposta foi múltipla e variada, qual seja, o adensamento da contrarrevolução mundial, seguida da redução cada vez mais rápida de qualquer pretensão civilizatória que *por*



ventura a burguesia algum dia já tivera. Articular mundialmente tal contrarrevolução significou um grande desafio; um dos episódios mais relevantes foi a destruição da experiência soviética e de outras, referenciadas nela. Esse duro golpe reordenou as forças envolvidas na luta de classe, permitindo a hipertrofia de modo inimaginável do poder burguês e de suas formas de dominação burguesa: sejam elas direta, ou indireta; sejam por intermédio da dissuasão e controle ideológicos, seja por intermédio do uso da violência bruta. A violência oficial das forças de segurança se tornou a rotina dos trabalhadores, alvo de raiva brutal e seletiva. Aos trabalhadores as agruras da repressão, da fome, do desalento, do desemprego, do subemprego, da superexploração, quando tem a sorte de encontrar algum capitalista interessado em sua força de trabalho, como dizia Marx.

Portanto, aumento da produtividade, da superprodução, sob forte substituição de trabalhadores por máquinas e as dinâmicas daí apreendidas, concorrem para o esvaziamento do caráter civilizatório do capital e do seu sistema de produção e reprodução, o capitalismo.

Tais revolucionamentos, na base produtiva da sociedade regida pelo capital, vão gerar desdobramentos de elevado impacto para a humanidade. A despeito de serem muitos, vamos mencionar alguns apenas. Aliada à elevação da produtividade, houve uma ampliação do mercado comprador dessas mercadorias, tendo como consequência o aumento do poder de controle das corporações industriais, comerciais e de serviços: todas articuladas submissamente ao capital financeiro, do qual as burguesias especializadas em seu manejo passaram à regência das demais formas de negócios. Da década de 1970 até o presente, ocorrera uma hipertrofia desse capital financeiro com a correspondente mudança qualitativa em sua propriedade privada, convertida em patrimonial. Assim, suas burguesias regentes puderam usufruir da frieza vantajosa desse perfil de propriedade, mobilizada a partir de ações cotadas em bolsa, de empresas gestoras de fundos de investimentos, de previdência, de títulos públicos, entre outros.

Dizer que todas as formas de capital, expresso na agricultura, no comércio, na indústria, nos bancos, estão subsumidas à sua dimensão financeira e, logo, às suas burguesias gestoras, implica em constatar que as indústrias, a agricultura de larga escala, os comércios, os prestadores de serviços de maior expressão, todos, absolutamente todos, estão subsumidos à inescapável sanha do capital financeiro. Ou seja, todas as burguesias têm que pagar tributos às burguesias regentes do capital financeiro, alcançando tal relação um patamar mesmo de dependência; raro quem não tenha em



seu balanço forte parcela destinada ao pagamento de juros, de dívida, de renegociação de dívida. Tais relações conflitivas intramuros estabelecem em termos de poder e de dominação política uma hierarquia, no tope da qual está a burguesa financeira. Essa impõe sobre as demais variadas formas de pressões econômicas, que são respondidas defensivamente pela redução de custos. Historicamente, isso tem sido feito por intermédio da incorporação tecnológica; da demissão massiva de trabalhadores, ao longo das décadas; da concentração e centralização de capital; da conseqüente formação de oligopólios; da alteração da constituição física das mercadorias, impelindo a elas a descartabilidade como perfil.

De fato, a descartabilidade é a marca da imensa maioria das mercadorias produzidas após o surgimento e generalização do quarto órgão da máquina e correspondente hipertrofia do capital financeiro. As burguesias regentes do comércio, indústria, agricultura e serviços podem se defender da ofensiva do capital financeiro, na medida em que a obsolescência programada permite uma maior rotação do capital, dado o curto usufruto do valor de uso das mercadorias descartáveis. Trata-se, portanto, da subsunção plena e acelerada desse valor de uso ao de troca.

Torna-se meridianamente clara a catástrofe ambiental que se parecia à descartabilidade acima referida: seja pela destrutiva elevação da demanda por matérias-primas; seja pela poluição decorrente dos processos produtivos de mercadorias e de seu transporte aos mercados; seja pela toxidade decorrente da sua transformação em lixo; seja pela elevação da demanda por energia elétrica, cuja produção geralmente é altamente destrutiva. A mais universal das catástrofes é a intensificação do efeito estufa e do aquecimento da atmosfera terrestre, o qual se aproxima de patamares médios alarmantes e até mesmo de um ponto de não retorno. Nessa perspectiva, no planeta, não há bioma e nem mesmo espécie que não estejam impactados pela forma destrutiva de ser do sistema de produção e reprodução do capital. Tais fatos e condicionantes históricos empurram a humanidade à sua potencial autodestruição, em face da supressão dos pré-requisitos da sua existência enquanto espécie. Eis a maior das catástrofes, para os humanos, claro.

Sob tais condicionantes, é crescentemente evidente que a espécie humana não saíria ilesa, recaindo sobre ela, talvez, conseqüência exemplar: sua autoextinção dentro do inóspito processo de remodelamento da ecologia planetária. Nesse sentido, é intrigante pensar que as burguesias precisam lidar constantemente com duas contradições de difícil solução: 1)



ela, enquanto tal, na medida em que atende às necessidades dinâmicas internas ao sistema de produção do capital, não pode fazer nada de diferente, que não empurrar a humanidade à beira do abismo, desde onde a coloca em risco de extinção. Contraditoriamente, atuando dessa forma, atua contra si, pois é parte constituinte da humanidade. E 2) por intermédio da substituição do trabalho vivo por morto, a burguesia transforma na prática a força de trabalho e seu portador biológico, o trabalhador, em uma mercadoria descartável. Não obstante, contraditoriamente, essa mesma burguesia depende dela (e também dele) para a produção de novos valores, sendo, portanto, o trabalhador um dos alicerces da existência mesma da relação capital e do capitalismo.

Se, por um lado, o trabalhador é descartável formando contingentes dantescos de famélicos, de desalentados e de desempregados, por outro, aqueles que conseguem vender sua força de trabalho o fazem em condições indignas, para usar um termo ameno. Em atenção à necessidade de redução de seus custos, as burguesias pressionam os poderes constitutivos dos Estados modernos para destruírem o arcabouço legal protetivo da classe trabalhadora e bloquear a atuação das instituições de fiscalização. Reordenam-se, assim, as legislações para atender a tais desígnios, piorando muito as condições em que se dá a relação capital, concorrendo para a ampliação das formas de subempregos e superexploração, a saber, informalização, precarização, fragmentação laboral, uberização, exploração análoga à escravidão, entre outros. A pobreza, a extrema pobreza e até mesmo a fome foram convertidas na rotina das maiorias trabalhadoras empregadas e mais ainda das desempregadas ou das desalentadas.

Não está fora do alcance das burguesias amenizar e até mesmo superar tais dramas, por meio da mobilização do orçamento público dos Estados. Em se tendo recursos, há meios concretos, condições técnicas e conhecimentos suficientes para tal. Não obstante essa possibilidade, ela faz o contrário: trata-se de uma posição política constituída historicamente. Crescentemente em desfavor das maiorias trabalhadoras, tais burguesias mobilizam o fundo estatal em seu proveito, como fator contrário à tendência de queda da taxa média geral de lucro, bem como fator de transferência de recursos das nações submetidas às hegemônicas. As estruturas e dinâmicas das dívidas públicas aportam sistematicidade a esses fluxos financeiros e garantem sua perenidade. Sem exageros: o sistema das dívidas públicas é um dos pilares do capital financeiro na atualidade e, a um só tempo, seu fator disruptivo também.



Não havendo por parte da burguesia a criação de mecanismos objetivos de integração das massas de trabalhadores desalentados, desempregados, subempregados e informais, ao circuito de significativa apropriação da riqueza produzida por eles, resta à burguesia impor o terror. Ou seja, integrar à dinâmica da descartabilidade a violência institucional assassina, como forma de controle das tensões potencialmente disruptivas subjacentes ao descarte humano. Esse pode ocorrer por alguns caminhos. Vale mencionar alguns: 1) seja pela destruição de serviços públicos elementares, tal como alimentação, educação, habitação, urbanização, saúde, previdência e mesmo emprego: sem tais empenhos, os trabalhadores padecem e morrem. Ou 2) seja pela aplicação da violência institucional policial, que sempre está preparada para assassinar um trabalhador, em um suposto contexto de resistência à prisão; 3) seja pelo estrago das balas perdidas, que sempre encontram alguém da classe trabalhadora, pobre e negro.

Do ponto de vista político, para as burguesias, são muito bem-vindas as formas autoritárias de governo, diretas ou indiretas; ou, quando não, formas de democracia de baixa densidade, que se estreita ao rito pseudodemocrático, relegando os processos decisórios centrais à autocracia burguesa e seus representantes na pequena política partidária. Ou seja, democracia estruturada para dar ordem ao processo de piora qualitativa da relação social capital, mediante as formas de superexploração, de subempregos e de desemprego aberto. Democracia para a manutenção dos mecanismos articulados pela burguesia para contrabalançar a queda tendencial de sua taxa média de lucro.

Por seu turno, dentro do espectro político da luta entre as classes antagônicas, as articulações de resistência e de ofensiva da classe trabalhadora encontram-se embotadas. Entendamos: existem resistências, até mesmo ofensivas; todavia, não em escala e em organização suficientemente fortes para pender o jogo político de modo significativo em favor dos trabalhadores. Suas organizações ou estão cedendo espaço político às articulações conservadoras, sob o pretexto da inserção na rotina da pequena política oficial, ou estão perdidas no circuito fechado de seus dilemas teóricos e práticos, dos quais a teorização e as soluções não estão no horizonte de interesse imediato; talvez, simplesmente não estão em horizonte algum de interesse, nem imediato, nem futuro. Como resultado, as frações de classe identificadas com a esquerda e suas organizações sociais



não apresentam à sociedade em geral suas formas de interpretar o mundo e suas propostas para transformá-lo radicalmente.

Esse espaço deixado é saturado pelas frações de classe identificadas com a direita e extrema direita, implicando muitas vezes no controle autoritário da cena política. Esse endireitamento é fundamental para a burguesia, na medida em que a defesa de seus interesses de classe, à luz das alterações estruturais anteriormente mencionadas, representa uma tarefa de grande envergadura e deveras difícil. Ao articular uma ofensiva contra os trabalhadores, ela está tentando defensivamente manter, ou até mesmo aprofundar, as condições históricas que a sustenta como classe privilegiada, hierarquicamente acima das demais e no controle da relação capital.

A resultante desse processo disruptivo é o adensamento e o aprofundamento da contrarrevolução mundial. Como tal, ela bloqueia qualquer dinâmica revolucionária, seja ela dentro da ordem, ou seja, no horizonte burguês; seja ela contra a ordem, a saber, no horizonte revolucionário comunista, para além da ordem do capital. Esse esgotamento abre uma era histórica de decadência do capital, ao que denominamos crise estrutural do capital: a saber, aquele momento histórico a partir do qual o seu sistema de produção e reprodução não consegue mais se expandir e acumular, sem por um lado gerar profundas e crescentes negatividades à humanidade e, por outro, destituir-se das condições que lhe permitiram até então proporcionar significativas positivities à humanidade como um todo. A esse fechamento do horizonte de possibilidades do sistema do capital, a esse momento histórico de sua crise estrutural, de sua crescente incapacidade de solucionar ou mesmo protelar ao futuro as suas contradições insanáveis, denominamos miséria do capital.

É através dessas reflexões, e outras tantas, que os editores desta Revista reforçam seus compromissos com a teoria revolucionária e se esforçam ao máximo para trazer sua modesta colaboração ao campo da necessária transição comunista. Nosso pleito não é o Fim do Mundo, mas sim a restauração da plena e rica expressão das potencialidades humanas, sob o comunismo.

Com o fito de colaborar para a realização de tais pretensões, o leitor notará que organizamos dentro desta edição de número 08 uma série de textos, artigos, ensaios, resenhas e entrevista, para que lhe sirva de estímulo



à reflexão e ao adensamento de suas posições críticas. Se nos permite, passamos adiante a apresentar brevemente o conteúdo em si do presente exemplar.

Para a compor a edição como **Artista Convidada**, convidamos Geralda Aparecida de Araújo Guevara, a **Gê Guevara**, nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais. Gê sintetiza em suas pinturas a dureza da vida dos trabalhadores brasileiros em geral. De forma instigante, ela transborda de sua experiência de vida variados dramas da vida cotidiana de todos aqueles que estão no pólo submetido da relação social do capital. Sobreposta à dureza do temário, estão elementos de solidariedade, de esperança, de sutileza, de colorido, de futuro. A obra de Gê traz o pensamento crítico ao solo da dura realidade e das múltiplas potencialidades dessa imensa luta e aventura, que venha a ser a vida dos trabalhadores brasileiros.

De outra parte, na seção **Debate do Fim do Mundo**, o autor Adilson Marques Gennari apresenta ao leitor o texto "*Capitalismo financeiro digital, crise e desigualdade social no Brasil: o eterno retorno*". Nesse, o autor oferta uma aguçada e importante contribuição sobre a situação do Brasil, notadamente do ponto de vista da pobreza e da desigualdade social, impactadas pelas contradições oriundas das seguintes dinâmicas históricas: da crise estrutural do capital; do afloramento de revoluções tecnológicas recentes; do que denomina como desglobalização do capitalismo; da emergência da Eurásia e dos países dos BRICS, no contexto multipolar e pós-pandêmico.

Por sua vez, na seção **Artigos**, contamos com seis textos, sobre os quais passamos a discorrer brevemente. No primeiro artigo, a autora Ana Maria Saldanha nos apresenta o texto "*Lucha de clases: enfoque teórico marxista y su importancia en la actualidad*". A partir da concepção marxista de classe social, de luta de classe, da distinção entre situação e consciência de classe, a autora empreende uma reflexão intrigante sobre os atuais movimentos sociais e sua inserção no bojo da luta de classe, em pró da ofensiva contra o capital e da edificação de uma Nova Humanidade.

Na sequência, a autora Ana Carolina Aguerri Borges da Silva nos brinda com o artigo denominado "*Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco – Brasil*". Nele, ela se propõe a analisar a situação das famílias reassentadas em decorrência da transposição do Rio São Francisco, no Estado de Pernambuco. Como desdobramento de pesquisa de campo, realizada junto ao seu pós-doutoramento, ela constata



que, embora as famílias atingidas fossem em tese beneficiárias da própria obra de transposição, elas se depararam com uma série de problemas, dentre os quais, vale citar: a difícil adaptação à nova ecologia dos arredores; a inacreditável limitação no abastecimento de água para as necessidades básicas e não para as atividades agrícolas em geral; a falta de controle da qualidade da água, a qual muitas vezes chega com mal cheiro e coloração escura; o adoecimento dessas famílias rurais em decorrência da pouca qualidade dessa água. Para além, a autora ainda reflete sobre os desdobramentos dessa situação na produção e reprodução sociais de tais populações.

Em seguida, as autoras Milena Freitas Machado e Josimara Aparecida Delgado nos apresentam o artigo *"Sob a égide da crise e da barbárie: Comunidades Quilombolas e Capitalismo Contemporâneo"*. Tendo como pano de fundo o momento histórico pós-golpe parlamentar de 2016 e uma abordagem teórica e metodológica que articula os debates feministas, racistas e materialistas, as autoras intentam apreender os elementos constitutivos da crise sistêmica e estrutural. Para tanto, elas trazem à baila o recrudescimento do neofascismo, da extrema direita no mundo, bem como no Brasil, tudo para avaliar seus impactos sobre a vida de diferentes grupos sociais e étnicos, notadamente das mulheres negras de comunidades quilombolas, testemunhas do desmonte de suas vidas sociais e do trabalho comunitário.

O próximo artigo, dos autores Cauê Braz e Ana Monteiro Costa, é intitulado *"Comercialização de alimentos no Brasil: considerações sobre o papel das redes de supermercados no abastecimento alimentar"*. Eles, sob o contexto do retorno do Brasil ao mapa da fome, interrelacionam o atual cenário de insegurança alimentar com a atuação das grandes redes de supermercados no Brasil, bem como do agronegócio e do sistema financeiro: tudo redundando em forte vulnerabilidade social e insegurança alimentar, seja no espaço rural, seja no urbano.

Por sua vez, a autora Mariana Gomes Vicente apresenta o artigo *"Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições"*. Partindo da constatação de que a formação social brasileira proporcionou uma condição de dependência, bem como internamente de uma educação profundamente desigual, a autora passa a refletir sobre as potencialidades e contradições presentes nos cursinhos pré-vestibulares populares: essa experiência direcionada às frações de classe mais vulneráveis e facilitadoras de seu acesso às universidades em geral. Enfrentando teoricamente a tensão



existente entre, por um lado, a potencialidade de tais cursinhos populares serem espaços emancipatórios e, por outro, de serem locais onde se cultiva acriticamente pretensões exclusivamente direcionadas à aprovação no vestibular, a autora nos convida à leitura e nos brinda com reflexões instigantes.

A essa altura, temos o autor Fernando Ferreira, que nos oferta o artigo "*A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx*". Ele, a partir de bibliografia centrada na obra de Marx, trouxe à baila uma análise sobre a relação entre sujeito e objeto, bem como estrutura e agência, na obra do autor alemão. Adicionalmente, Ferreira se propõe a analisar a categoria de sujeito histórico como proletariado e, de forma complementar, declina elementos para uma potencial leitura do referido sujeito como o capital. Buscando apontar tais teses ao longo de diversas obras de Marx, o autor oferece ao leitor uma leitura instigante e com pistas para estudos futuros mais aprofundados a todos que se dedicam à obra monumental desse autor revolucionário e imprescindível.

Findada essa parte, adentramos na seção **Texto para discussão**. Aqui, temos o texto "*Levantados dos porões. Presente tenebroso, passado obscuro e futuro incerto: após o 1º turno das eleições presidenciais de 2022 – breves notas*". Nele, o autor Paulo Alves de Lima Filho nos propõe uma imersão teórica nas tensões históricas atuais e nas perspectivas de futuros. Texto de acurácia teórica refinada, o autor se empenha a estruturar uma teoria da transição comunista. Para tanto, dedica-se à crítica das formulações teóricas (e experiências) denominadas revoluções socialistas, bem como ao remodelamento das tensões políticas entre as classes e frações de classes, tanto pelo lado da ultradireita e sua opção antidemocrática radical, quanto pelo lado dos trabalhadores e sua necessária, mas ainda não articulada a contento, revolução democrática radical com vistas à transformação social. Não à toa, este texto está na presente seção. Em outras palavras, ele precisa ser amplamente debatido e suas teses fartamente posta à prova, como contribuição e força motriz teóricas das transformações imprescindíveis contra a regência trágica do capital sobre o destino da humanidade.

Na seção **Ensaaios críticos**, nos deparamos com três textos profundamente instigante, dos quais traremos algumas referências em seguida. O primeiro é de Mauro Donato. Denomina-se "*A função perversa da grande mídia na desestabilização das leis trabalhistas*". Aqui, o autor entrega ao leitor reflexões profundas sobre a particularidade da mídia brasileira e as funções sociais desempenhadas no bojo da cisão entre as classes sociais.



Destaca seu papel contrário aos interesses das maiorias trabalhadoras, na criação de mitos, na glamourização do empreendedorismo e dos microempreendedores individuais (MEI): tudo direcionado a moldar o imaginário popular, que se despoja de sua potencial crítica, enquanto constata a destruição do seu arcabouço legal protetivo, das leis trabalhistas. Sendo temática deveras atual, sua leitura é imprescindível.

O segundo texto é de Márcio Farias; chama-se: "*C.L.R. James na Mira do Brasil: o Internacionalismo negro na luta contra o Capital*". Nesse ensaio, o autor se debruça sobre a obra do intelectual Cyril Lionel Robert James. Seu intento é analisar algumas contribuições de James para a apreensão teórica dos processos de luta contra o racismo e o capitalismo, notadamente, mas não exclusivamente, a partir da categoria internacionalismo negro. Ou seja, como se nota, trata-se de ensaio fundamental para que o leitor reflita sobre a luta contra o racismo no Brasil, buscando as devidas conexões com os enfrentamentos e a produção teórica contra o racismo em outras paragens.

Fechando essa seção, nos deparamos com o ensaio "*Uma reflexão sobre o Lenin*", do autor Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares. Nesse ensaio, ele promove uma imersão na obra de Lenin, este clássico do marxismo dos séculos XIX e XX, trazendo à baila o que chama de "dois Lenin", distintos e opostos: um que recusa a dialética e outro dialético. Ao longo do ensaio, o autor tece uma reflexão interessante, convidando o leitor a pensar sobre essas múltiplas dimensões da teorização de Lenin e de suas posições em face da dialética. Ademais, o ensaísta não se exime de demarcar suas interpretações em face de cada Lenin trazido à baila.

Na seção **Resenhas**, temos a colaboração do autor Bruno Xavier, acerca do livro "*'Capitalismo Carcerário' de Jackie Wang*", publicado no Brasil em 2021, pelo selo editorial Igrá Kniga, da cidade de São Paulo. Articulando as dimensões raciais, econômicas, políticas, jurídicas e tecnológicas, a autora estadunidense Wang, enquanto pesquisadora do Departamento de Estudos Africanos e Afro-americanos na Universidade de Harvard, edifica um estudo investigativo sobre raça e a economia política da polícia e do encarceramento em massa nos EUA.

Ainda na mesma seção, a cineasta Patrícia Moll discute o documentário "*Dois Riachões: Cacau e Liberdade*" apontando as condições e contradições que levaram uma comunidade agrícola a conquistar a terra, independência financeira e soberania alimentar a partir da luta por reforma agrária.



Por fim, na seção **Entrevista**, os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – IBEC – tiveram o prazer de entrevistar o intelectual marxiano Ricardo Antunes, professor titular do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas – UNICAMP. Nessa entrevista, todos puderam aproveitar a elevada capacidade teórica do autor para detalhar tanto a sua trajetória intelectual, quanto as múltiplas dimensões da dramática condição da classe trabalhadora mundial. Essa entrevista é impecável e imperdível.

À guisa de conclusão, resta-nos reforçar o convite ao leitor para se empenhar na leitura desta oitava edição da Revista Fim do Mundo. Assim, somará esforços ao adensamento teórico imprescindível à apreensão das dinâmicas históricas atuais e ao balizamento da luta da classe trabalhadora, rumo à transição comunista: única saída presente no horizonte, sem a qual a humanidade está se condenando à extinção pela manutenção do sistema de produção e reprodução do capital. Esperamos que todas as seções desta revista sejam de grande proveito e sirvam de estímulo à reflexão crítica, tão vital neste momento histórico. Eis o anseio dos coordenadores desta edição.

Dezembro de 2022.

Coordenação do Dossiê Temático

Paulo Alves de Lima Filho | Adilson Marques Gennari
Rogério Fernandes Macedo | Aline Marcondes Miglioli

E os Editores.

